

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS

RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.

PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO 18/2026

PROCESSO 93/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 078/2026

I - EMENTA

Direito administrativo. Inexigibilidade de Licitação. Contrato. Fornecimento de software integrado de gestão de serviços de saúde com manutenção mensal, implantação, conversão e migração de dados legados, customização do sistema para adequar a necessidades fáticas operacionais do Consórcio, testes, suporte técnico operacional, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas evolutivas e as que vierem ser exigidas pela legislação (municipal, estadual, federal), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS. Lei 14.133/21.

II– DOS FATOS





































Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer o parecer jurídico relativo à regularidade do processo de inexigibilidade de licitação em razão de justificativa indicada pelo setor consulente do caput e inciso I do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a inexigibilidade de licitação n° 078/2026, cujo objeto é a contratação de empresa fornecedora de software integrado de gestão de serviços de saúde com manutenção mensal, implantação, conversão e migração de dados legados, customização do sistema para adequar a necessidades fáticas operacionais do Consórcio, testes, suporte técnico operacional, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas evolutivas e as que vierem ser exigidas pela legislação (municipal, estadual, federal), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

> 005_INEXIGIBILIDADE_AGUARDANDO_PARECER > PROCESSO_93_2026_INEX_78_2026_IDS

Nome	Status	Data de modificação
 1_0_CAPA_PROCESSO		23/04/2026 10:05
 2_0_DFD		24/03/2026 08:26
 2_1_RELATORIO_SINNC		24/03/2026 08:04
 2_2_TERMOS_ABERTURA_PROC_ADM_SIN...		06/04/2026 10:04
 3_0_JUSTIFICATIVA_INEX		22/04/2026 10:38
 4_0_ATO_CONSORCIO_058_2025_COMISS...		10/09/2025 14:56
 5_0_SOLICITACAO_INICIAL		23/04/2026 09:57
 6_0_PROPOSTA_IDS		22/04/2026 16:47
 6_1_NOTAS_FISCAIS		23/04/2026 09:39
 6_2_PESQUISA_DE_PRECOS		23/04/2026 09:49
 6_3_CESTA_PRECO		23/04/2026 09:23
 7_0_SOLICITACAO_FINAL		23/04/2026 09:54
 8_0_HABILITACAO_IDS		23/04/2026 09:52
 8_1_CERTIFICADO_INPI_IDS_SAUDE		22/04/2026 16:20
 9_0_TERMOS_DE_REFERENCIA		23/04/2026 10:00
 10_0_MINUTA_CONTRATO		23/04/2026 10:04
 11_0_ATA_DE_REUNIAO_JULGAMENTO_P...		23/04/2026 09:55
 12_0_PARECER_CONTABIL		23/04/2026 09:54

É o relatório

IV– DO PARECER

- **Planejamento da Contratação**

Consta do processo que a necessidade da contratação, pela via da inexigibilidade de licitação, da detentora do software integrado de gestão de serviços de saúde com interface com os sistemas adotados pelos Municípios decorre do fato de que a atual prestadora do serviço e fornecedora do software ao CONIMS - **SINCC SOLUÇÕES LTDA** - teve a execução do seu contrato administrativo (Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2025) SUSPENSO em processo administrativo apuratório de responsabilidade - PAAR nº 017/2026.

Conforme consta dos autos, o PAAR foi instaurado em razão de suposto descumprimento de obrigações assumidas pela **SINCC SOLUÇÕES LTDA** no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2025, consistentes em graves e persistentes falhas no sistema, como lentidão, inconsistência de dados, erros em faturamento, agendamentos e relatórios, além de suporte técnico ineficiente.

Desde dezembro de 2025, diversos chamados técnicos evidenciaram problemas graves, incluindo indisponibilidade de dados, falhas de segurança e necessidade de retrabalho.

A despeito de o CONIMS ter notificado reiteradamente a **SINCC SOLUÇÕES LTDA**, inclusive com reuniões presenciais, exigindo soluções e planos de contingência, as respostas e

medidas foram consideradas insuficientes ou paliativas, pois as instabilidades persistiram, afetando diretamente as atividades do Consórcio, especialmente em atividades altamente sensíveis, como o Setor de Faturamento, Gestão administrativa e atendimento aos pacientes.

Sendo assim, ante a não solução dos problemas e comprometimento da confiabilidade do sistema, a continuidade das operações nas condições atuais se tornou inviável, o que motivou a abertura do PAAR e adoção de medida cautelar de suspensão da execução do contrato para evitar agravamento dos prejuízos.

As irregularidades apontadas no ato de abertura do PAAR englobam falhas persistentes no sistema, instabilidade, baixa performance, inconsistências de dados e ausência de soluções definitivas, das quais se destacam:

- **Ineficiência no suporte técnico**, com chamados não resolvidos, respostas superficiais e demora no atendimento;
- **Descumprimento dos níveis de serviço (SLA)**, com falhas críticas sem solução dentro dos prazos;
- **Inconsistências operacionais graves**, que colocam em risco a integridade dos dados;
- **Cobrança indevida por melhorias legais**, que deveriam ser obrigatórias sem custo adicional;
- **limitação técnica da contratada**, que depende da empresa desenvolvedora do sistema para resolver problemas, o que compromete a agilidade e a eficácia do suporte.

Nesse contexto, vale lembrar que a contratação da SINCC somente ocorreu porque, naquela ocasião, **foi demonstrada a sua relação de exclusividade comercial da IDS**, detentora do software integrado de gestão de serviços de saúde utilizado pelo CONIMS em interface com seus Municípios consorciados.

Assim, sob o **argumento técnico** registrado no processo de inexigibilidade de licitação nº 13/2025, o Contrato firmado com a SINCC deu-se SEM LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 74, caput da NLLC, em que se consignou, como justificativa, o grau de dependência e simbiose entre o funcionamento do CONIMS e o software da IDS, considerado **único** a satisfazer as necessidades do Consórcio.

Ao invés de celebrar contrato com a IDS, o CONIMS se viu obrigado a celebrar contrato com a SINCC em virtude declaração expressa da IDS da exclusividade da prestadora SINCC para comercializar o software IDS na região, tratando-se de acordo comercial válido, de observância impositiva ao CONIMS, que instruiu aquele processo.

Ocorre que, com a abertura do PAAR e após a vigência de mais de ano do Contrato administrativo nº16/2025, novo cenário se apresentou.

A **SINCC**, desde dezembro de 2025, deixou de ser fornecedora exclusiva do produto/software da IDS na região, conforme declaração formalizada pela **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOTWARE ASSESSORIA LTDA**, em Ofício IDS nº 67/2026, datado de 17 de abril de 2026 (em anexo), do que se destaca o seguinte trecho:

1. Da inexistência de parceria empresarial vigente ou de previsão formal de renovação

A parceria empresarial anteriormente mantida entre a IDS e a SINNC teve vigência até 3 de dezembro de 2025. Encerrado esse prazo, não há instrumento de parceria vigente entre as empresas, tampouco há instrumento formal de renovação.

Esclarece-se, todavia, que o encerramento da parceria empresarial entre IDS e SINNC não implica, por si só, descontinuidade da operação dos sistemas utilizados pelos entes públicos atendidos pela SINNC, nem afasta a necessidade de preservação da continuidade dos serviços vinculados aos contratos administrativos em execução.

Portanto, com a suspensão da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 16/2025 o CONIMS deve buscar no mercado outro software que satisfaça suas necessidades, sendo que o da IDS continua se mostrando, segundo justificativa técnica, **o único apto**.

Derrubada a exclusividade do fornecimento do sistema/software pela SINCC, somado ao fato de que o contrato com ela firmado se encontra suspenso, a IDS se torna a única fornecedora possível a firmar com o CONIMS o contrato de objeto imprescindível, atraindo, ainda, o caráter urgente da contratação.

Conforme consta da Justificativa para a inexigibilidade, de lavra da Coordenadora de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, caput da NLLC, do que se extrai:

3. Diante do exposto, resta caracterizada, de forma inequívoca, e devidamente demonstrada nos autos, a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, justificando-se a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa desenvolvedora do sistema, em razão da dependência tecnológica existente, da exclusividade técnica da solução e da impossibilidade prática de substituição do sistema atualmente utilizado.

A definição da necessidade e correspondente saída mercadológica e de serviços/bens disponíveis no mercado NÃO são atribuições dessa Assessoria Jurídica.

O que compete, a essa pasta, é identificar o cabimento da inexigibilidade de licitação para o caso ora delineado, lembrando, como dito, que o caso também é de dispensa de licitação pelo caráter emergencial decorrente da suspensão do atual contrato vigente.

Assim, as justificativas fáticas e técnicas, bem como de gestão do Consórcio em sua totalidade, que indicam ser o software da IDS o único apto a atender à realidade do CONIMS, mostram-se razoáveis e se enquadram na concepção de “impossibilidade de licitação” pela sua inutilidade.

- **Inexigibilidade de Licitação**

As contratações públicas são, em regra, precedidas de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, por força do que prescreve a Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXI. A Lei n. 14.133/2021, no entanto, previu casos – também com fundamento nesse dispositivo constitucional – em que o procedimento poderá ser afastado, ao tratar das hipóteses de contratação direta (arts. 72 e seguintes).

No caso, o setor consulente instruiu o processo de contratação pela via da inexigibilidade, indicando, razões de escolha de um produto peculiar e seu único fornecedor, o que deve ser comprovado nos autos.

O Setor Consulente traz aos autos, para tal fim, o atestado/certificado expedido pelo **INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - DIRETORIA DE PATENTES, PROGRAMAS DE COMPUTADOR E TOPOGRAFIAS DE CIRCUITOS INTEGRADO** em favor de IDSSAUDE Sistema Integrado de Gestão de Saúde Pública.

Assim, **segundo consta**, a peculiaridade/singularidade do desenvolvedor Fornecedor decorre do fato de o referido software da marca IDS, mostrar-se único nesse contexto, atraindo o disposto no artigo 74, caput e inciso I da Lei n. 14.133/2021 assim estabelecem:

*“Art. 74. É inexigível a licitação **quando inviável a competição**, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de **serviços** que só possam ser fornecidos por produtor, **empresa** ou representante comercial **exclusivos**;*

Como é possível inferir, será inexigível a presente licitação, com fundamento no CAPUT e INCISO I do artigo 74, eis que **justificada e demonstrada a inviabilidade de competição** e, nesta

hipótese em especial, a exclusividade do prestador indicado pela singularidade do software que comercializa, em caráter exclusivo.

- **Justificativa de Preço**

Nas contratações por inexigibilidade de licitação, em que não há viabilidade de competição, não se aplica a habitual pesquisa de mercado, tal como realizada nos demais procedimentos de contratação. No entanto, a razoabilidade do preço é medida obrigatória.

Para tanto, é recomendável ao menos que seja verificado junto a outros entes adquirentes, inclusive junto a outros órgãos públicos, os preços que pagaram para o objeto em referência, o que foi atendido.

Nesse sentido, destaca-se o teor da Orientação Normativa AGU n. 17/2011, in verbis:

A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos”.

- **Da Minuta do Contrato**

O artigo 92 da Lei nº 14.133/21 estabelece que os contratos devem possuir as seguintes cláusulas:

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

(...)

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

(...)

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

(...)

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX - os casos de extinção."

Observadas as recomendações e condicionantes indicadas no presente parecer, tem-se que a minuta do Contrato dos autos deve possuir as cláusulas previstas no dispositivo legal transcrito, observando-se o que é aplicável.

A descrição das particularidades do objeto e seus desdobramentos técnicos é de incumbência do Setor de Tecnologia da Informação e demais setores usuários envolvidos, do que esta Assessoria não tem conhecimento.

Destaca-se, ainda, a necessidade de **adequar a Cláusula de vigência** do contrato à **manutenção da suspensão da execução** do Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2025 no PAAR nº 17/2026, e eventual (ou não) conversão em rescisão, com a seguinte atual redação:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

32.1. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, contados a partir da data de 24/04/2026, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

32.2. A cada 12 meses de vigência do contrato será levado em consideração o disposto nos Incisos I, II e III do Art. 106 da Lei N.º 14.133:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

32.3. A prorrogação de que trata o item 4.1 é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

32.4. O Contratado fica obrigado a efetuar a devolução dos dados, informações e sistemas à Contratante, a eliminação de dados, a retenção de dados conforme legislação e a garantia ao direito ao esquecimento para os dados pessoais.

32.5. Na hipótese de o Contrato não ser mantido até a sua vigência máxima, as providências indicadas no caput devem ser concretizadas até o fim da vigência fixada.

Sugere-se, ainda, que o Setor de TI deste CONIMS verifique a possibilidade de enquadramento do objeto deste contrato no disposto no artigo 114 da Lei 14.133/21, a fim de adequar o seu prazo de vigência:

*“Art. 114. O contrato que previr a **operação continuada de sistemas estruturantes** de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos.”*

- **Da rescisão Contratual**

Sem prejuízo do objeto deste parecer, de ofício, esta Procuradora Jurídica alerta ao Setor Consulente, independentemente do rito do PAAR nº 17/2026, a analisar o conteúdo da declaração formalizada pela **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOTWARE ASSESSORIA LTDA** em Ofício IDS nº 67/2026, datado de 17 de abril de 2026 (em anexo), do que se destaca o seguinte trecho:

1. Da inexistência de parceria empresarial vigente ou de previsão formal de renovação

A parceria empresarial anteriormente mantida entre a IDS e a SINNC teve vigência até 3 de dezembro de 2025. Encerrado esse prazo, não há instrumento de parceria vigente entre as empresas, tampouco há instrumento formal de renovação.

Esclarece-se, todavia, que o encerramento da parceria empresarial entre IDS e SINNC não implica, por si só, descontinuidade da operação dos sistemas utilizados pelos entes públicos atendidos pela SINNC, nem afasta a necessidade de preservação da continuidade dos serviços vinculados aos contratos administrativos em execução.

O Parecer Jurídico nº 04/2025, em anexo, elaborado quando da análise da contratação da SINNC, no Processo de Licitação nº 015/2025 e Inexigibilidade nº 013/2025, homologado em 23/01/2025, fez constar o seguinte:

- Prorrogação do Contrato

Considerando que a contratação direta se funda em circunstância fática ora retratada, que poed se alterar conforme o tempo, toda e qualquer prorrogação fica **CONDICIONADA à comprovação desta condição** e de vantajosidade, sugerindo-se sua inclusão no Contrato.

Portanto, a condição de **exclusividade comercial** não foi somente necessária para a celebração do contrato com a SINCC, sem licitação, mas a manutenção do contrato também pressupõe a manutenção dessa condição de exclusividade, sob pena de a esvaziada a justificativa da inexigibilidade da licitação que lhe deu causa.

A declaração da IDS de que a SINCC NÃO é mais sua parceira comercial, sequer em caráter exclusivo, provoca inexorável consequências no Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2025, e, sendo o caso, **a rescisão do contrato unilateralmente**, independente de cometimento, ou não, de infrações, sob o fundamento do interesse público e do dever de licitar do Estado, conforme determina o artigo 137, inciso VIII da lei de licitações:

*“Art. 137. Constituirão motivos **para extinção** do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:*

(...)

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;”

Sobre esse aspecto, há que se avaliar, em processo apartado e para além do que se apura no PAAR nº 17/2026, a necessidade de cessação da vigência do Contrato com a SINCC, sob outro argumento.

- **Disposições Finais**

Registra-se que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do Contrato e deverá ocorrer no prazo legal, além da publicidade do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato em sítio eletrônico oficial (art. 72, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021).

V. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o processo se encontra revestido das formalidades legais exigidas, razão pela qual esta Assessoria Jurídica se manifesta, em caráter opinativo, pela continuidade do feito, observados os pontos levantados no parecer.

À consideração superior.

Pato Branco, 23 de abril de 2026.

Maria Cecília Soares Vannucchi

OAB/PR 35.313

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

VEQ**J7K****V77****VX4**